

EDITORIAL

“**A** apresentação. Ao longo destes anos vimos assistindo a uma crescente presença da avaliação nos sistemas educacionais brasileiros e em outros âmbitos internacionais, a ponto de os anos 90 serem hoje considerados a “Década da avaliação”. O ano 2001 segue essa trajetória e tudo leva a crer que a avaliação será cada vez mais utilizada pelas administrações centrais como instrumento de controle da educação. No “Estado Avaliador”, avaliação corresponde a controle e é o contraponto da autonomia. Não cessam de aparecer os dispositivos legais e agências a sustentar essa prática avaliativa que está moldando à sua imagem os cursos superiores. Para muitos, educação parece reduzir-se a provas e a seus efeitos. Na contramão desse aparato controlador, a Revista **Avaliação** vem produzindo valiosos elementos de reflexão e crítica, ajudando a constituir o campo da teoria e da prática da avaliação institucional da educação superior de orientação formativa, educativa, democrática e participativa. Nas vinte edições anteriores, universitários brasileiros, argentinos, uruguaios, chilenos, venezuelanos, mexicanos, portugueses, espanhóis e franceses publicaram nesta revista cerca de 120 textos em português e 20 em espanhol, além dos cerca de 40 trabalhos na Separata Cipedes. Muitos desses escritos, com as devidas revisões e acréscimos, saltaram para as páginas de livros, como *Universidade em ruínas na República dos professores*, já na 3ª edição, organizado por Hélio Trindade (Editora Vozes), *Universidade em foco*, de Dilvo Ristoff (Editora Insular), *Universidade Desconstruída. Avaliação Institucional e Resistência*, vários autores, organizado por J. Dias Sobrinho e D. Ristoff. (Editora Insular) e *Avaliação da Educação Superior*, de J. Dias Sobrinho (Editora Vozes). Neste número da *Revista Avaliação*, o 21º, apresentamos mais 7 artigos, com o objetivo de seguir contribuindo para a discussão pública da educação superior e a consolidação da avaliação com intencionalidade educativa.

Os textos. José Dias Sobrinho discute diversos sentidos da avaliação, seus variados efeitos, funções e objetivos. Insiste nas questões éticas que a educação e a avaliação suscitam. De modo particular, trabalha a tese de que a avaliação não é um simples mecanismo técnico

cuja objetividade garantiria plena credibilidade e isenção, mas sobretudo uma questão ética e política que se liga intimamente aos valores da humanidade e aos destinos da sociedade. Dilvo Ristoff elabora uma reflexão sobre o papel da educação universitária no contexto da lógica profissionalista e privatizante que subjaz ao Exame Nacional de Curso. Ristoff sustenta que, mais do que nunca, precisamos buscar modelos avaliativos que respeitem a identidade da vida Universitária. Rui Santiago, J. Tavares, M. do Céu Taveira, L. Lencastre e F. Gonçalves, professores das Universidades portuguesas de Aveiro, Minho, Porto e do Algarve apresentam os resultados de um estudo sobre o insucesso acadêmico aplicado a essas quatro instituições. Como convém à avaliação, não se limitam ao conhecimento do problema; buscam suas causalidades e, a partir da compreensão de conjunto, procuram estabelecer as estratégias para superá-lo. Waldemar Marques, tomando em conta as mudanças sociais e nas concepções do conhecimento, discute o papel da Metodologia do trabalho científico, propondo a superação da visão estritamente disciplinar na formação superior. Mauro Medina e Elton Fernandes, do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, aplicam à avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação de engenharia uma nova ferramenta para mensuração e avaliação da eficiência: a Análise Envolvória de Dados. Segundo os autores, essa ferramenta pode ampliar o conhecimento dos avaliadores e propiciar estratégias para a melhoria dos programas. Rogério Evaristo Versieux trata do Provão aplicado recentemente pela primeira vez aos Cursos de Pedagogia. Para ele, essa prova trouxe duas questões de grande importância. Uma, de caráter teórico e conceitual: a prova desrespeita os princípios educacionais defendidos pela literatura da área, pelos educadores e pelo próprio CNE. A segunda pode provocar um questionamento de ordem legal, em virtude de que o dispositivo a respeito da avaliação in loco das condições de oferta não foi plenamente cumprido. Axel Didriksson, da UNAM e da UNAEM (México), apresenta uma análise crítica das reformas da educação superior empreendidas pelo governo Fox. Aponta equívocos e insuficiências e de modo particular mostra que a avaliação também aí funciona como mecanismo de controle modelando a modernização conserva-

dora. Um pequeno texto muito importante. Por último, *Francisco Gonçalves Filho* e *Maria José de Pinho* nos presenteiam com uma minuciosa resenha do livro *Pós-modernidade, ética e educação*¹, de Pedro Goergen², publicado na coleção “Polêmicas do nosso tempo” da Editora Autores Associados, Campinas, 2001. Argumentam os autores que a obra de Goergen pode auxiliar pesquisadores envolvidos em políticas públicas – Avaliação, Formação de Professores, Currículos, entre outras, tratando com profundidade o significado do enfrentamento das questões éticas em nosso tempo.

Conselho Editorial: Temos o prazer de apresentar mais um novo membro do nosso Conselho Editorial: *Maria Amélia Sabbag Zainko*, doutora em Educação, professora/pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR, coordenadora do Comitê Assessor de Educação e Psicologia da Fundação de Pesquisas do Estado do Paraná, presidente do Civitas (Instituto Internacional de Estudos Avançados), consultora nas áreas de Planejamento e Avaliação Institucional.

José Dias Sobrinho - editor

1 GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

2 Pedro Goergen. – Natural do Rio Grande do Sul, Licenciado em Filosofia e com Doutorado e Pós-doutorado na Alemanha. Professor titular na FE – Faculdade de Educação da UNICAMP Foi Diretor da FE e Assessor de relações internacionais da UNICAMP.